

GESTÃO ESCOLAR INCLUSIVA: DIFICULDADE E AÇÃO

Edilene Mendonça¹
Maria de Fátima da Rosa²
Celia Diva Renck Hoefelmann³
Heloisa Helena Leal Gonçalves⁴

RESUMO: Este artigo aborda a Gestão Escolar Inclusiva, compreendendo a gestão educacional na perspectiva da educação especial nos espaços escolares. Sugere aos gestores ações e orientações que possam qualificar o processo inclusivo. A pesquisa deu-se em uma escola da periferia do Município de Tijucas/SC, que absorve de seu entorno, alunos de uma das regiões mais vulneráveis da cidade, por apresentarem problemas sociais como: pobreza, situação de risco, drogas e violência em diferentes dimensões. Deste modo, os procedimentos metodológicos que abarcaram a sistematização das informações apresentadas, envolveram a elaboração de instrumentos de coletas (questionários), avaliação para elaboração de um plano de ação, a confecção de materiais didáticos e instrucionais e a intervenção. Para que o trabalho investigativo fosse realizado, momentos de reflexão e de sensibilização na forma de atividades aconteceram. Como exemplo do exposto cita-se, a dinâmica sentindo na pele, a oficina de jogos pedagógicos e a mostra fotográfica.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão Inclusiva. Educação Especial. Espaços Escolares.

ABSTRACT: *Abstract: This article discusses the Inclusive School Management, comprising educational management from the perspective of special education in school spaces. Suggests the managers actions and guidelines that may qualify the inclusive process. The search took place in a school on the outskirts of the city of Tijucas/SC, which absorbs its surroundings, students of one of the most vulnerable regions of the city, by present social problems: poverty, risk, drugs and violence in different dimensions. In this way, the methodological procedures comprising the systematization of the information involved, the development of instruments (questionnaires) collection, evaluation for the elaboration of an action plan, the preparation of teaching materials and instructional and intervention. For the investigative work was accomplished, moments of reflection and awareness-raising in the form of activities took place. As an example of the above quoted, the dynamic feeling on the skin, the workshop of educational games and shows.*

KEYWORDS: *Inclusive Management. Special Education. Spaces School.*

¹ Professora efetiva da Rede Municipal de Ensino de Tijucas, Coordenadora de Educação Inclusiva, Pedagoga, com Especialização em Pré Escolar e Ensino Fundamental, concluinte da Graduação de Educação Especial pela Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI. edilenetj@gmail.com.

² Professora efetiva da Rede Municipal de Ensino de Tijucas, Pedagoga, concluinte da Graduação de Educação Especial pela Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI. mfatimadarosa@gmail.com.

³ Mestre em Educação pela Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI. Professora do Curso de Educação Especial do PARFOR.

⁴ Mestre em Ciências da Linguagem, Tecnologia da Informação e Análise do Discurso. Coordenadora dos Estágios Supervisionados e Prática Docente do Núcleo das Licenciaturas da Univali.

1 Introdução

Vivendo numa sociedade de diferenças, de exigências, além de uma constante busca na melhoria da qualidade de vida e da inclusão social, surge a necessidade de adequação, seja de posturas, de condutas, de ações. Estas, representadas como garantia de transformação, onde o papel do gestor é fundamental na construção de escolas inclusivas, nas quais atitudes e habilidades configuram novos conhecimentos para lidar com diferentes situações.

O tema Gestão Escolar Inclusiva visa compreender a gestão educacional na perspectiva da educação inclusiva nos espaços escolares, sugerindo aos gestores ações e orientações que possam qualificar o processo inclusivo por intermédio de um plano de ação e de oficinas pedagógicas.

A pesquisa aqui apresentada deu-se em uma escola da periferia do Município de Tijucas/SC, que absorve de seu entorno, os alunos de uma das regiões mais vulneráveis da cidade (pobreza, famílias em situação de risco social, tráfico de drogas e violência).

Assim, com base no plano de gestão, algumas ações foram elencadas e mapeadas para expressar as pretensões da direção da unidade escolar. Estas serão dispostas oportunamente em seção específica.

Deste modo, os procedimentos metodológicos que abarcaram a pesquisa qualitativa na busca de informações foram: elaboração de instrumentos de coleta de dados, observação, análise e interpretação dos dados, diagnóstico, elaboração de um plano de ação, confecção de materiais didáticos e instrucionais, e a intervenção.

Assim, este artigo tem como finalidade explorar os diferentes entendimentos sobre inclusão escolar, do mesmo modo, direciona-se como objeto de provocação e busca de soluções a partir de questionamentos e reflexões sobre o assunto, tendo por fim, a intenção de contribuir com pesquisas e estudos sobre gestão da educação inclusiva, por representar um interessante campo de estudos para pessoas que se envolvem na investigação do tema.

2 Fundamentação Teórica

A sessão a seguir abordará os seguintes temas a saber: gestão escolar inclusiva; a gestão escolar sob a ótica da educação inclusiva; a educação especial na perspectiva da educação

inclusiva; o projeto político pedagógico e a inclusão escolar, e acessibilidade. Tais temas tiveram como base teórica os estudos de Araujo (2002), Boaventura (2008), Veiga (1996), Vasconcelos (2005), Oliveira (2000), destacando-se pelo marcos políticos legais da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, do Ministério da Educação, das Diretrizes da Política Nacional de Educação Especial, entre outros, que serão apresentados na lista final de referências.

2.1 A gestão escolar sob a ótica da educação inclusiva

Na escola tradicional a gestão separava a administração escolar do trabalho pedagógico. As questões referentes ao processo de ensino/aprendizagem não eram tão valorizados quanto às questões administrativas e burocráticas. A administração era voltada para uma perspectiva centralizada, burocratizada, tecnicista e elitista.

Assim, outrora, os diretores eram obrigados a seguir ordens de cima para baixo, mesmo não estando de acordo. Não podiam tomar decisões no ambiente escolar que atuavam, nem tão pouco se comprometiam com as ações realizadas e seus resultados.

Conforme Oliveira (2000, p.33), “a reforma educacional iniciada no Brasil nos anos 90, apresenta como seu traço principal a tentativa de modernização administrativa do aparato público”. Para tanto, o planejamento era realizado de maneira flexibilizada, indicando um novo modelo de gestão, que agora se apresenta descentralizada, devendo assumir uma postura mais flexível e participativa.

Essa nova gestão escolar, tem como pressuposto a gestão democrática, ou seja, a participação de todos os envolvidos, direta ou indiretamente no cotidiano escolar, atendendo aos aspectos políticos, administrativos e/ou pedagógicos, assumindo um compromisso com a escola.

Segundo Boaventura (2008, p.1), a perspectiva contemporânea de gestão escolar consiste não somente em observar pela ótica administrativa, mas também em participar, exercer a democracia, aspecto principal do conceito de gestão. Contudo, este novo conceito de gestão considera os aspectos já existentes da administração, abordando os aspectos políticos e pedagógicos, uma vez que a função social da escola, dentre um *rol* de tarefas, está a

socialização dos alunos, a construção e ampliação dos conhecimentos, o repasse de informações, a formação de cidadãos críticos que exerçam sua cidadania, conhecendo seus direitos e deveres, promovendo e desenvolvendo a democracia.

Para a efetivação de uma gestão escolar democrática⁵, é preciso que o gestor tenha autonomia, aceite e valorize as ideias de todos, ou seja, dos diversos funcionários da escola, dos pais, dos alunos, enfim, de toda comunidade escolar.

Diante das transformações políticas, sociais e econômicas pela qual a sociedade contemporânea tem passado, observamos que as exigências escolares se apresentam de forma diversificada para atender esta nova realidade. As escolas precisam se organizar, realizando alterações em seu Projeto Político Pedagógico (PPP), propondo ações e atitudes solidárias, éticas, de valorização e respeito às diferenças e a diversidade social.

Neste sentido, a gestão escolar centra-se na eficácia da educação, no atendimento com qualidade, sem atitudes discriminatórias. Estes procedimentos permitirão que todos sejam incluídos e não apenas integrados, já que o papel da escola consiste em formar cidadãos que tenham aprendido além de competências e habilidades, princípios de valorização e respeito com o outro.

Assim, cabe ao gestor, uma postura de liderança nos aspectos administrativos, políticos e pedagógicos da escola, objetivando práticas educativas, inovadoras e inclusivas, pelas quais todos são responsáveis direta ou indiretamente pela qualidade na educação.

Algumas dessas chamadas práticas educativas, serão evidenciadas oportunamente, na sessão 3 (três) deste artigo, onde aborda o desenvolvimento do plano de ação.

2.2 A educação especial na perspectiva da educação inclusiva

O Brasil ao assinar a Declaração Mundial de Educação para Todos (Fundo das Nações Unidas para Infância, 1990) e a Declaração de Salamanca (resultado da Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: Acesso e Qualidade/1994), optou pela implantação de uma escola para todos, onde a educação da pessoa com deficiência insere-se numa nova

⁵ Grifo nosso: Gestão democrática é um “ato político através do qual as pessoas na escola discutem, deliberam e planejam ações voltadas ao desenvolvimento da própria escola” (Freire apud Gonçalves, 2011, p.2)

perspectiva voltada para o efetivo respeito à igualdade dos direitos e valorização da diversidade humana.

Na Perspectiva da Educação Inclusiva “o movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação” (BRASIL, 2010).

O documento intitulado Marcos Políticos - Legais da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva do MEC (Ministério da Educação), tem como objetivo definir a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação, nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais especiais deste alunado, para que a educação especial passe a integrar a proposta pedagógica da escola regular, direcionando suas ações para o atendimento das especificidades desses alunos no processo educacional. No âmbito de uma atuação mais ampla na escola, orienta e organiza as redes de apoio, a formação continuada, a identificação de recursos, serviços e o desenvolvimento de práticas colaborativas.

Conforme a teoria histórico cultural, as pessoas se modificam vivenciando experiências em diferentes contextos nas quais estão inseridas. Nesse dinamismo exige-se uma atuação pedagógica voltada para amenizar a situação de exclusão, reforçando a importância dos ambientes heterogêneos para a formação de aprendizagem de todos os alunos.

Segundo as Diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva,

[...] a Educação Especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza Atendimento Educacional Especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular (BRASIL, 2007).

Obedecendo estas Diretrizes o Atendimento Educacional Especializado (AEE), tem como função identificar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas.

As atividades desenvolvidas no AEE se diferenciam daquelas realizadas na sala de aula comum, porém, não substituem a escolarização. Esse atendimento complementa ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela.

Dentre outras funções, estão os programas de enriquecimento curricular, ensino de linguagem e códigos específicos ou comunicação, sinalização e tecnologia assistiva, articulado com a proposta pedagógica da escola regular.

O AEE tem início na educação infantil onde se expressa, por meio de serviços de estimulação essencial ou precoce, o aperfeiçoamento do processo de desenvolvimento e aprendizagem em interface com os serviços de saúde e assistência social.

Assim, nas modalidades da educação básica, ainda que envolvam a Educação de Jovens e Adultos (EJA), a Educação Indígena, a Educação do Campo, a Educação Quilombola, da mesma forma que abrange a Educação Superior, esses serviços fazem parte dos projetos pedagógicos. Todas, sem exceção, devem ser construídas com base nas diferenças sócio culturais desses grupos, por meio de ações que promovam o acesso, a permanência e a participação dos alunos, viabilizando a organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, que devem ser disponibilizados nos processos seletivos e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvam o ensino, a pesquisa e a extensão.

Assim vem à baila que para atuar na educação especial são necessários conhecimentos gerais para o exercício da docência, formação inicial e continuada, bem como, conhecimentos específicos da área, os quais possibilitarão a atuação no AEE, arraigado de caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns do ensino regular, nas salas de recursos e outros espaços em que o AEE e a educação especial se fazem necessários.

Para tanto, os sistemas de ensino devem estar organizados de tal modo, que seus espaços físicos proporcionem acesso aos recursos pedagógicos e de comunicação, eliminando barreiras arquitetônicas e urbanísticas em sua edificação, ao passo que, promovam a aprendizagem, valorizando as diferenças e, atendendo assim, as necessidades educacionais de todos os alunos.

2.3 O projeto político pedagógico e a inclusão escolar

O Projeto Político Pedagógico (PPP), é um documento que deve ser elaborado pela e para a comunidade escolar, respeitando o inciso I, do artigo 12, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9394/96), a qual prevê que "os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica", sendo assim, cabe ao gestor, no cumprimento da Lei, adotar as devidas providências para a efetivação do projeto.

De acordo com Araújo (2002, p 14), o projeto é um plano global que guia determinada instituição, amparada por um planejamento participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, definindo o tipo de ação educativa que se pretende realizar.

Ressaltamos, que o PPP é elaborado coletivamente envolvendo alunos, professores, pais, funcionários e demais pessoas da comunidade escolar, num processo em constante elaboração e transformação.

Conforme Castoriadis *apud* Araújo (2002, p. 14), o projeto é uma práxis determinada, considerada em suas ligações com o real, na definição concretizada de seus objetivos, na especificação de suas mediações, considerada uma intenção de transformação do real, guiada por uma representação do sentido desta modificação.

Já Veiga (1996, p.12), afirma que ao construirmos os projetos das escolas, planejamos o que temos intenção de realizar. Lançamo-nos para diante, com base no que temos, buscando o possível. Sendo assim, vai além de um simples argumento de planos de ensino e de atividades diversas.

Neste sentido, o PPP é um instrumento necessário para a ação e transformação, onde a elaboração deve ter como ponto de partida as necessidades do aluno e o embasamento teórico metodológico, precisa estar voltado para as políticas educacionais e públicas.

Ainda, segundo Veiga (1996), o projeto pedagógico não é um conjunto de planos e projetos de professores, nem tão pouco um documento que trata das diretrizes pedagógicas da instituição educativa, mas um produto específico que reflete a realidade da escola, situada num contexto amplo que a influencia e que pode ser por ela influenciado. Portanto, trata-se de um instrumento que permite clarear a ação da instituição educacional em sua totalidade.

Complementando, as ideias anteriores, Vasconcellos (2005,143) enfatiza que PPP é :

[...] um instrumento teórico-metodológico que visa ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da escola, só que de forma refletida, consciente, sistematizada, orgânica,

científica, e, o que é essencial, participativa. É uma metodologia de trabalho que possibilita ressignificar a ação de todos os agentes da escola.

Sendo assim, a importância do PPP na promoção de ações coletivas voltadas para a diversidade, a tolerância, a justiça, a cidadania e a inclusão, possibilitando a formação de pessoas críticas e criativas, capazes de mobilizarem a sociedade de forma a garantir os seus direitos e adimplir os seus deveres.

No entanto, a elaboração do PPP é a garantia da melhoria do desenvolvimento do ato educativo cabendo aos dirigentes promover não só a criação, mas também a execução das ações, devendo estar fundamentado nos documentos legais que garantem a inclusão dos alunos com deficiências no ensino regular. Este direito é assegurado no inciso IV, artigo 3º, da Constituição Federal (1988), que tem como objetivo a promoção de todos os cidadãos “sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”

O referido documento, também preconiza nos artigos 205 e 206, respectivamente, que a educação é um de direito de todos, sendo garantido o pleno desenvolvimento da pessoa, preparando-a para o exercício da cidadania, estabelecendo ainda a “igualdade de condições, de acesso e permanência na escola”.

Contudo, a inclusão é vista como um desafio para o ensino regular, que ao ser enfrentado, provoca melhorias na educação como num todo, para que os alunos com e sem deficiências possam exercer o direito à educação em sua plenitude. É indispensável pois, que as escolas atendam as diferenças, aprimorando suas práticas, adequando as diversidades, criando currículo, métodos, técnicas e recursos pedagógicos, propiciando também a organização do espaço para que ocorra efetivamente a educação inclusiva.

Imprescindível apontar que a LDB, dedica um capítulo específico à Educação Especial, trazendo o suporte e aparatos necessários para atender as necessidades dos alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas do ensino regular. Assim como, a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva na Educação Inclusiva (Artigos 10, 11, 12 e 13) traz em seu contexto, orientações de como a escola de ensino regular deve ofertar e organizar o AEE, de modo que todos os alunos tenham suas especificidades atendidas. Uma vez que a Educação Especial é uma modalidade que perpassa todos os níveis da Educação, uma gestão democrática inclusiva é

aquela onde o objetivo central da educação está na construção do sujeito, tornando-os mais autônomos, críticos, que almejam o exercício competente da cidadania mesmo com suas limitações.

Contudo, para elaboração do PPP é imprescindível que o documento contemple a introdução, a justificativa, a fundamentação a qual deve conter as concepções de homem, de sociedade e de mundo; a visão e missão da instituição, os princípios e utopias; contemplar os aspectos filosóficos, sociais, afetivos, psicológicos e pedagógicos evidenciar os teóricos que abordam a prática pedagógica; elaborar um breve histórico da instituição (diagnóstico); conter o público alvo, período de atendimento e a organização das salas; caracterizar os profissionais; enfatizar o trabalho na perspectiva inclusiva; evidenciar a forma e realização do planejamento; abordar a metodologia, estratégias de ensino e formas de avaliação, evidenciando o papel da escola, a importância da participação da família e da sociedade nesse processo.

Portanto, a elaboração e a concretização do projeto político pedagógico, é uma das condições necessárias para a gestão democrática, para que cada membro envolvido no processo escolar possa reconhecer sua importância para o ensino e vivenciá-la de forma a trabalhar a inclusão e o incentivo para uma vida mais digna.

2.4 Acessibilidade

O movimento pela inclusão das pessoas com deficiências em todos os setores da sociedade, trouxe também uma preocupação com a acessibilidade, principalmente, no que tange as barreiras arquitetônicas nos espaços urbanos, nos edifícios, residências e também nos meios de transportes.

Na década de 60, algumas universidades americanas iniciaram as primeiras experiências de eliminação de barreiras arquitetônicas existentes em seus recintos: áreas externas, estacionamentos, salas de aula, laboratórios, bibliotecas, lanchonetes etc.

Graças ao surgimento do primeiro centro de vida independente do mundo (que aconteceu na década de 70, na cidade de Berkeley, Califórnia, EUA), aumentaram a preocupação e os debates referentes à eliminação de barreiras, bem como, a operacionalização das soluções idealizadas.

Já na década de 80, impulsionado pela pressão do Ano Internacional das Pessoas Deficientes (1981), o segmento de pessoas com deficiência, desenvolveu verdadeiras campanhas em âmbito mundial para alertar a sociedade a respeito das barreiras arquitetônicas e exigir não apenas a eliminação delas (desenho adaptável), como também a não inserção de barreiras nos novos projetos arquitetônicos (desenho acessível).

Desenho adaptável é no sentido de adaptar os ambientes obstrutivos, enquanto que no desenho acessível, a preocupação está em exigir que os arquitetos, engenheiros, urbanistas e desenhistas industriais não incorporem elementos obstrutivos nos projetos de construção de ambientes e utensílios.

Meados da década de 80, surge então o conceito de inclusão contrapondo-se ao de integração, e mais tarde, fica claro que a acessibilidade deverá seguir o paradigma do desenho universal, no qual os ambientes, os meios de transporte e os utensílios sejam projetados para todos e, portanto, não apenas para pessoas com deficiência.

Hoje, com o advento da inclusão, entendemos que a acessibilidade não é apenas arquitetônica, pois existem barreiras em vários contextos.

De acordo com Sasaki (2009), são seis os contextos de acessibilidade, a arquitetônica que refere-se às barreiras ambientais físicas nas residências, nos edifícios, nos espaços urbanos, nos equipamentos urbanos, nos meios de transporte individual ou coletivo; a comunicacional que se define pelas barreiras na comunicação interpessoal (face a face, língua de sinais), escrita (jornal, revista, livro, carta, apostila etc., transcritos em braile, uso do computador portátil), virtual, ou seja, acessibilidade digital; a metodológica, quanto aos métodos e técnicas de estudo (escolar), de trabalho (profissional), de ação comunitária (social, cultural, artística etc.), de educação dos filhos (familiar); a instrumental que se refere às barreiras nos instrumentos, utensílios e ferramentas de estudo (escolar), de trabalho (profissional), de lazer e recreação (comunitária, turística, esportiva etc.); a programática quanto às barreiras invisíveis embutidas em políticas públicas (leis, decretos, portarias etc.), normas e regulamentos (institucionais empresariais etc.) e por fim a atitudinal, voltada ao preconceito, estigmas, estereótipos e discriminações nas pessoas em geral.

Assim, podemos dizer que uma escola inclusiva é aquela que está implementando gradativamente as medidas efetivas de acessibilidade destacadas nos seis contextos supracitados.

3 DESENVOLVIMENTO

3.1 Ações inclusivas no currículo da gestão

Em conformidade como plano de ação destacamos: momentos especiais, os quais intitulamos “sentindo na pele”, apresentações de vídeos de superação; contribuímos na alteração Projeto Político Pedagógico no que tange a educação inclusiva; realizamos um relatório contendo os principais pontos referentes a acessibilidade ou falta dela no espaço físico da escola visando futuros encaminhamentos; concretizamos uma formação com os profissionais da escola sobre jogos inclusivos e finalizamos com a exposição de fotos sobre os melhores momentos do estágio.

Os resultados desse processo foram pertinentes às ações planejadas. Werneck (1997), garantindo que “para as escolas se tornarem inclusivas é preciso, apenas, ter o desejo de fazê-las assim...”

3.2 Uma reflexão sobre a gestão escolar e o processo de inclusão

Sendo a gestão educacional inclusiva o foco de estágio, buscamos na literatura autores que abordam o tema, visando melhor entendimento sobre a importância do gestor no processo de inclusão.

Neste sentido, Veiga (1995, p.63) considera que a gestão da escola “significa trilhar novos caminhos na esperança de uma escola melhor para todos. Para tal intento, fazem-se necessárias ações partilhadas e solidárias entre seus pares e diferentes, isto é comunidade escola como um todo”.

Com base neste entendimento, elencamos juntamente com a gestão da instituição concedente do estágio, algumas atividades praticadas dentro e fora da sala de aula, incentivando a reflexão sobre as necessidades das pessoas com deficiências, as atitudes solidárias, assim como a valorização e respeito ao ser humano.

Para tanto foram desenvolvidas várias dinâmicas no âmbito de uma escola municipal de ensino fundamental I, no intuito de esclarecer como acontece o processo de inclusão e também,

para proporcionar aos alunos, algumas situações cotidianas envolvendo a falta de acessibilidade arquitetônica.

Sabemos que a escola inclusiva muda tanto na postura do professor, quanto da equipe gestora, aproximando-os dos alunos, especialmente na compreensão de suas dificuldades.

Para tanto, organizou-se uma instalação em malhas no corredor da escola, fixando alguns cartazes, instigando e orientando a comunidade escolar quanto ao entendimento sobre o que é, e quando ocorre o processo de inclusão.

Observou-se que alguns alunos que no intuito de colaborar, questionavam a equipe escolar, enquanto outros escreviam apenas o nome, pois estão matriculados no pré-escolar, reforçando o interesse de participar da atividade.

Ressaltamos que as respostas eram de diferentes concepções e entendimentos, como: “a inclusão é para todos”, “é aquele que não tem visão”, “é ser igual a todas as pessoas”, “é cuidar”, “é ajudar”, entre outros.

No que concerne ao segundo momento “O que você faz pela inclusão?” desprendemos algumas colaborações à saber: “é respeitar os outros como eles são”, “eu respeito a pessoa com deficiência”, “é aceitar o próximo”, “é deixar as pessoas com deficiência participar de todas as atividades”. Contudo, já podemos perceber uma pequena alteração no entendimento do processo de inclusão.

Quanto a “Mostra de Vídeos” voltados à superação, realizamos duas seções por período (matutino/vespertino), onde propiciamos a todas as pessoas envolvidas, direta ou indiretamente com aluno, uma reflexão sobre a valorização da vida, da escola, da família, bem como, a elevação da autoestima, onde os mesmos exaltaram no grupo seus sentimentos, repúdios referente a atitudes não condizentes com a situação, enfim, um seminário posterior com considerações, e oitivas dos participantes.

No intuito de desmistificar concepções acerca da pessoa com deficiência, realizamos um momento de sensibilização, “sentindo na pele”, no qual, disponibilizamos materiais que simulassem algumas situações enfrentadas no cotidiano pelas pessoas com deficiência, como: andador, cadeira de rodas, guia, óculos riscado, outros sem qualquer visibilidade, venda para os olhos, tampão de ouvidos, entre outros.

Contudo, percebemos que diante de tantas atividades propostas, precisávamos contribuir com a reestruturação do PPP, especialmente, no que tange a Educação Especial, onde, sugerimos alterações significativas, embasadas na Lei da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

Sendo assim, Sasaki (2009), uma escola inclusiva é aquela que está implementando gradativamente as medidas efetivas de acessibilidade destacadas nos seis contextos já abordados no texto, sendo assim elaboramos um relatório com fotos e as devidas sugestões de alterações, embasadas no Manual de Acessibilidade. Oportuno ressaltar que a acessibilidade atitudinal é perceptível em todas as ações da comunidade escolar.

Pensando nisso, promovemos uma oficina de jogos inclusivos, com uma fala referente à Educação Especial, onde, os profissionais da instituição, construíram e jogaram em grupos o jogo dos cachorrinhos, o vira fichas e o jogo base três. Após, apresentaram para o grande grupo, explicando as regras e funcionalidade do jogo por eles construído. Vale ressaltar que a participação do grupo foi unanime.

Amparados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/96), particularmente no artigo 59, inciso I e nas Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica (Resolução 2/2001), considera-se que a ajuda técnica os elementos que permitem compensar uma ou mais limitações funcionais motoras, sensoriais ou intelectuais da pessoa com deficiência, ofertamos para a escola uma oficina promovendo a construção de alguns jogos educativos.

Em conformidade com o Parecer CNE/CEB 17/2001, “cabe a todos”, principalmente aos setores de pesquisa e as universidades, quanto ao desenvolvimento de estudos na busca de melhores recursos para auxiliar/ampliar a capacidade das pessoas com deficiências, cada vez mais de participar de maneira autônoma do meio educacional, da vida produtiva e social, exercendo assim, de maneira plena, a sua cidadania.

Neste sentido os materiais pedagógicos adaptados, servem para auxiliar a ação docente na busca de resultados em relação à aprendizagem de conceitos e ao desenvolvimento de habilidades, atendendo assim, necessidades especiais dos educandos, percebendo estes em toda sua singularidade.

Portanto, realizamos a culminância interna organizada em forma de coquetel, teve como objetivo intensificar a participação de todos nas atividades escolares e finalizar os trabalhos desenvolvidos na escola em torno da Gestão Escolar Inclusiva.

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na década de 90, aconteceu no Brasil a apropriação do discurso internacional relacionado a inclusão. Essa legislação e políticas educacionais contemporânea trazem o desafio de uma educação que contemple a diversidade cultural, heterogeneidade e a inclusão de todos os cidadãos na escola e na sociedade, constituindo assim, um grande desafio também para os gestores tornarem suas escolas inclusivas em conformidade com a lei.

Percebe-se que a inclusão passou a ser um grande benefício para alunos, independentemente de sua condição e que a comunidade escolar, com atos solidários e cooperativos desde cedo, tornou-se mais compreensiva, tolerante e confiante nas relações com o outro.

Conforme o Artigo I – Declaração Mundial sobre a Educação para todos e Quadro de Ação para responder as Necessidades Educativas Fundamentais,

“toda pessoa- criança, adolescente ou adulto- deve poder beneficiar-se de uma formação concebida para responder às suas necessidades educativas fundamentais. Estas necessidades dizem respeito tanto aos instrumentos essenciais de aprendizagem (leitura, escrita, expressão oral, calculo, resolução de problemas), como aos conteúdos fundamentais (conhecimentos, aptidões, valores e atitudes) de que o ser humano tem necessidade para sobreviver, desenvolver todas as suas faculdades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente no desenvolvimento, melhorar a sua qualidade de existência, tomar decisões esclarecidas e continuar a aprender” (1999).

Neste sentido, a escola passa de normalizadora da ordem social para referência nas relações de convívio, onde outrora os sujeitos que apresentavam diferenças em campos culturais, sociais, psíquicos ou cognitivos eram colocados em espaços especiais ou excluídos enquanto atualmente, eles convivem, aprendem, crescem, juntamente com os demais e em diferentes contextos.

Contudo, a pessoa com deficiência ao longo do tempo, passou a ser um “sujeito” de direitos, especialmente no que se refere o acesso, a permanência e o sucesso no processo

educativo e inclusivo, com direito a uma educação de qualidade, aceitabilidade, bem estar, valorização e elevação da autoestima.

Assim, após explorarmos os diferentes entendimentos e reflexões sobre inclusão com diversas atividades envolvendo a comunidade escolar, proporcionamos também uma formação com os profissionais da escola sobre jogos inclusivos e finalizamos com um coquetel ao lado de pessoas preocupadas com a inclusão escolar.

Percebe-se que, mesmo sem acessibilidade arquitetônica, a escola se destaca quanto a acessibilidade atitudinal, eliminando qualquer tipo de preconceito, estigmas, estereótipos ou discriminação em geral.

Contudo, entendemos que uma nova concepção está se formando nos corredores escolares, sendo assim, torna-se necessário o uso de novas abordagens e de novos conhecimentos em torno do assunto, enaltecendo, portanto uma mudança apoiada em um novo paradigma de construção das relações sociais.

Para concluirmos citamos Werneck (2004, 4), “a solução pode estar na capacidade de sentir as pessoas. Aquele que é capaz de sentir é também capaz de manter as conexões que o impedem de ser devorado”.

REFERENCIAS

ARAÚJO, José Carlos de Souza. **As intencionalidades como diretrizes da práxis pedagógica**. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro e CASTANHO, Maria Eugênia. L. M. (orgs.). *Pedagogia universitária: a aula em foco*. 3ª edição. Campinas: Papirus, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação Secretaria de Educação Especial. **Marcos Político-Legal da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva** / Secretaria de Educação Especial. - Brasília: Secretaria de Educação Especial, - 2010.

_____. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

_____. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer nº 17**. Brasília/DF: 03 jul. 2001.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. Leis, etc. Lei Nº 9394/96, de 20/12/1996 (**Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**).

_____. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem.

_____. MEC/SEESP **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Secretaria de Educação Especial - MEC/SEESP, 2001.

_____. Ministério da Educação. **Política Pública de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**, 2008. Acesso em 10/05/2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>.

BOAVENTURA, Roberto Silva, **A gestão escolar na perspectiva da Inclusão**. Presidente Prudente 2008.

MACHADO, Katia, **Como a escola pode tornar-se inclusiva?** Acesso em 24/05/2013. Disponível em http://www.inclusao.com.br/projeto_textos_24.htm .

OLIVEIRA, D. A. **Educação básica: gestão do trabalho e da pobreza**. Petrópolis: Vozes, 2000.

SANTOS, Santa Marli Pires. **O lúdico na formação do Educador**. Petrópolis, RJ, Vozes, 1997.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação**. Revista Nacional de Reabilitação (Reação), São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p.10-16.

WERNECK, Hamilton. **Educar é Sentir as pessoas**. – Aparecida, SP: Idéias e Letras, 2004.

WERNECK, Claudia. **Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva**. Rio de Janeiro: WVA, 1997

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político pedagógico**. São Paulo: Libertad, 2005. VEIGA, Ilma P. A. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In:

VEIGA. Ilma Passos Alencastro, (org.) **Projeto político-pedagógico da escola: Uma construção possível** Campinas, SP: Papirus,1995. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

VEIGA. Ilma Passos Alencastro, (org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas:** Papirus, 1996.